

Sociabilidades construídas: o uso social da arquitetura em *Bracara Augusta*

Constructed sociabilities: the social use of architecture in 'Bracara Augusta'

Diego Machado*

Fernanda Magalhães**

Resumo: Os conhecimentos sobre *Bracara Augusta* foram possibilitados, em grande medida, pelo desenvolvimento de atividades arqueológicas sistemáticas nas últimas décadas. Com efeito, a valorização dos dados arqueológicos provenientes de escavações realizadas em cidades provinciais permitiu a ampliação dos estudos sobre o mundo romano para além dos limites espaciais que a documentação textual proporciona. Nesse sentido, tentaremos analisar as formas como os habitantes mais proeminentes da cidade atuaram por meio da materialidade construída e consumida por esses grupos, como um indicativo do modo que as elites buscaram afirmar e manter os seus status perante seus pares e os demais habitantes do *conuentus bracaraugustanus*.

Abstract: The knowledge about *Bracara Augusta* has been made possible, to a large extent, by the development of systematic archaeological activities in recent decades. Indeed, the valorisation of archaeological data from excavations carried out in provincial cities has allowed the widening of studies on the Roman world beyond the spatial limits that textual documentation provides. In this sense, we will seek to analyse the ways in which the most prominent habitants of the city acted through the materiality constructed and consumed by these groups, as an indication of the way that the elites sought to assert and maintain their statuses before their peers and the other inhabitants of the *conuentus bracaraugustanus*.

Palavras-chave:

Urbanismo.
Arquitetura.
Sociedade.
Performance.
Bracara Augusta.

Keywords:

Urbanism.
Architecture.
Society.
Performance.
Bracara Augusta.

Recebido em: 05/09/2023
Aprovado em: 30/10/2023

* Doutorando em Arqueologia na Universidade do Minho (Uminho) com bolsa da Fundação para a Ciência e Tecnologia/FCT (2020.06565.BD). Investigador do Laboratório de Paisagens, Património e Território/Lab2PT.

** Professora Auxiliar do Departamento de História da Universidade do Minho (Uminho). Doutora em Arqueologia pela Uminho. Investigadora do Laboratório de Paisagens, Património e Território/Lab2PT.

Introdução

A sociedade romana antiga constituía-se por um corpo cívico altamente hierarquizado, cujo lugar e papel de cada indivíduo, seja cidadão ou estrangeiro, homem ou mulher, era determinado e reforçado diariamente mediante rituais, cerimônias, discursos, entre outras imagens que evocavam a ordem social e delimitavam a ação de cada pessoa ou grupo (TAMBIAH, 1985; BELTRÃO, 2013a).

A expansão imperial romana pelos vastos territórios que conquistou determinou o contacto direto dos povos latinos com um alargado contingente populacional, étnico, religioso, político, cultural e social distribuídos pelas mais variadas regiões da Europa, norte da África e oeste da Ásia. Nesses lugares, para além de fundar centenas de novos centros urbanos, Roma implantou um sistema administrativo que, embora tentasse não colidir demasiado com as sociedades locais, deu corpo a novas realidades sociais e culturais (MENDES; BUSTAMANTE; DAVIDSON, 2005).

De modo a melhor compreender o fenómeno imperial e, em particular, as relações políticas e culturais entre Roma e as cidades provinciais, os investigadores têm lançado mão aos contributos de diferentes áreas do conhecimento, como a História Antiga ou a Arqueologia Clássica, fruto do desenvolvimento teórico, metodológico e epistemológico que as ciências sofreram na segunda metade do século XX e que resultou num diálogo paulatinamente maior entre as disciplinas (MARTINS; SILVA, 2019).

Com a discussão acima em mente, pretendemos analisar, neste artigo, o modo como os *ordines* mais proeminentes de *Bracara Augusta* afirmavam a sua posição social por meio do desenvolvimento de um conteúdo performativo que se iniciava no âmbito doméstico e se estendia pela esfera pública nos mais diversos espaços arquitetónicos que definiam a vida urbana dessa cidade.

***Bracara Augusta*: urbanismo e sociedade**

A construção do conhecimento sobre a cidade romana de *Bracara Augusta* deve-se, maioritariamente, ao desenvolvimento de trabalhos arqueológicos sistemáticos em Braga, Portugal, desde a década de 1970. Os dados provenientes da documentação escrita que nos chegou, além de bastante lacunar, pouco referem sobre o noroeste ibérico, resumindo-se a algumas passagens de carácter etnográfico, em Estrabão (*Geographia*, III, 3) e Plínio, o Velho (*Naturalis Historia*, III-IV), sobre as guerras cantábricas, em Floro (*Epitome rerum Romanarum*, II, XXXIII, 46-60), e ainda notas cartográficas acerca das cidades da região, em Ptolomeu (*Geographia*, II, VI).

Tendo por base os níveis mais antigos detetados nas escavações na cidade, bem como a sucessão de eventos na vida de Augusto, apontamos a fundação de *Bracara Augusta* para os anos 16-14 a.C., data que encontra suporte tanto nas materialidades presentes nos primeiros enchimentos escavados, como na segunda deslocação do imperador a *Tarraco*, a capital da província (MARTINS *et al.*, 2017).

Figura 1 - Mapa com a localização de *Bracara Augusta* com a divisão administrativa da Hispânia



Fonte: Martins *et al.* (2012, p. 34).

Nas primeiras décadas da cidade, sensivelmente até os inícios do governo de Tibério, não dispomos de muitos dados acerca da atividade construtiva, fenómeno que certamente está associado ao carácter provisório que grande parte dos edifícios teria nessa fase, quando os trabalhos de implantação de estruturas e infraestruturas urbanas ainda se encontravam em planeamento.

Desse momento, foram identificados alguns silhares, grandes blocos graníticos retangulares, implantados em locais onde, nas décadas subsequentes, viriam a ser os vértices que limitavam os quarteirões. Portanto, estamos perante a materialização de um projeto urbanístico que estabelece *limites e rigores* desde os primeiros anos de vida da cidade, o que sugere a ação de um *finitor* na fundação de *Bracara Augusta*, que teria qualificado o *pomerium*, delimitando-o do *ager*, e reunido aquela *ciuitas* no interior da *urbs* (BELTRÃO, 2013b; MARTINS *et al.*, 2017).

Igualmente significativo desse período é um pedestal identificado em Semelhe, a cerca de 3 km do *forum* da cidade. Trata-se do embasamento de uma grande estátua honorífica, que não chegou aos dias de hoje, em granito, com 1,18m de altura, sobre a qual existiria uma representação de *Augustus*, como aparece indicado na inscrição gravada no monumento, designadamente “ao imperador César Augusto, filho do divino, pontífice máximo, detentor do poder tribunício pela 21ª vez, os bracaraugustanos consagraram esse monumento no dia do nascimento de Paulo Fábio Máximo, legado propretor”.¹ O conteúdo da inscrição revela-nos, ainda, que a estátua foi dedicada aquando da propretoria de *Paulus Fabius Maximus*, entre os anos 3-2 antes da nossa era.

Contudo, o que sobressai é a precoce constituição de um corpo cívico que se autorreconhece como “bracaraugustanos”. Dado o curtíssimo período entre a fundação da cidade (16-14 a.C.) e a dedicação da estátua (3-2 a.C.), não se trata de descendentes dos primeiros *coloni* de *Bracara Augusta*, mas membros da primeira geração que se deslocou para o novo centro urbano e não mantiveram os seus gentílicos de nascimento, como é comum vermos em inscrições realizadas por pessoas que deixaram as suas cidades natais e foram ter a outro lugar, como é o caso de um Celico Fronto, natural de Arcóbriga, que mandou esculpir imagens e gravar inscrições, no período augustano, num local de culto indígena dedicado à deusa Nábia situado nas imediações de *Bracara Augusta* (ELENA; MAR; MARTINS, 2008).²

A composição social do corpo cívico bracaraugustano, patente no *corpus* epigráfico que nos chegou, especialmente proveniente do mundo funerário, documenta a diversidade populacional que a cidade esteve sujeita desde o início. Com efeito, vemos um centro urbano que contou, muito precocemente, com a instalação de elites indígenas provenientes dos povoados da região, cujos indivíduos, embora tenham logo adotado as práticas romanas como inumar os corpos e gravar *stelae*, mantiveram alguns símbolos

¹ *Hispania Epigraphica*, n. 20263: Imp(eratori) Caesari diui f(ilio) Aug(usto) / pont(ifici) max(imo) trib(unicia) pot(estate) XXI / sacrum / Bracaraugustani / Paulli Fabi(i) Maximi leg(ati) pro pr(aetoris) / natali dedicata est.

² *CIL* II, 2419; AE 1986, 386; *Hispania Epigraphica*, n. 8247: [Ce]licus Fronto / Arcobrigensis / Ambimogidus / fecit // Tongoe/nabiagoi // Celicus fecit / Front(o).

que possibilitaram a afirmação de sua origem, como a inscrição da letra “C” invertida, para representar *castellum*, ou a inclusão de elementos decorativos como círculos, trançados e motivos lunares, bem como estrangeiros, a exemplo do já referido Celico Fronto, arcobrigense, mas também Marco António Augustano,³ natural de *Pax Iulia*, ou Emília Lougo,⁴ de Clúnia (PEREIRA MENAUT, 1983; TRANOY; LE ROUX, 1989-90; MARTINS *et al.*, 2012; 2020).

Não obstante, destacamos ainda a interação da população bracaraugustana com comunidades externas a partir de dois fenómenos distintos. Em primeiro lugar, a presença, ainda em época Júlio-Claudiana, de agentes comerciais romanos, de alguma forma institucionalizados, que dedicaram, na época do imperador Cláudio, uma inscrição honorífica a *C. Caetronius Miccio*,⁵ um senador que exerceu alguns cargos na Península Ibérica, como legado imperial nas *Hispaniae* e procônsul da Bética, assim como foi um dos três responsáveis, entre 42-44, por cobrar compulsoriamente o tributo devido ao erário romano (ALFÖLDY, 1966; REDENTOR, 2017).

Por outro lado, evidenciamos os mecanismos de integração intraprovincial, ou seja, a forma como a estrutura administrativa romana foi implantada, aquando da reorganização das províncias hispânicas, por Augusto. Nesse sentido, salientamos o magnífico conjunto epigráfico proveniente do *forum* de *Tarraco*, a capital da província, composto por bases de estátuas, as quais não se preservaram, mas em cujas inscrições estão patentes a origo dos sacerdotes que foram eleitos e assumiram o flaminato provincial (*flamen Hispaniae Citeriores*). A compilação desse material permite que se evidencie a atuação dos diversos *conuentus* da Hispânia Tarraconense, embora com diferentes pesos, na designação de vinte sacerdotes provenientes do *Tarraconensis*, vinte e um do *Carthaginensis*, doze do *Caesaraugustanus*, quatro do *Cluniensis*, cinco do *Asturum*, dois do *Lucensis* e seis do *Bracaraugustanus* (FISHWICK, 2002).

Apesar das incertezas sobre as características urbanísticas da cidade em suas primeiras décadas, as dinâmicas construtivas que sucederam aos ritos fundacionais e demarcação física do desenho urbano, ao longo do primeiro século da nossa era, encontram-se melhor conhecidas. Datam desse período a implantação de infraestruturas

³ CIL II, 2425; *Hispania Epigraphica*, n. 8253: M(arcus) Antonius M(arcus) f(ilius) / Gal(eria) Augustanus / Pace miles leg(ionis) / VII Gem(inae) Fel(icis) / [(centuria) Mamili] / Lucani an(norum) / XLV aer(orum) XLIX / h(ic) s(itus) e(st) / Sempronius / Graecinus / heres f(aciendum) c(uravit).

⁴ AE 1973, 298; *Hispania Epigraphica*, n. 6523: Aemilia Lougo C(ai) f(ilia) Cluniensis / an(norum) X h(ic) s(ita) e(st) / s(it) t(ibi) t(erra) l(evis).

⁵ CIL II, 2423; AE 1967, 222; *Hispania Epigraphica*, n. 8251: C(aio) Ca(et)ronio C(ai) f(ilio) / Cam(ilia) Miccionis tri(buno) / pl(ebis) pr(aetori) legato Aug(usti) [Hisp(aniae)] / c[ite]rioris leg(ato) Aug(usti) legi[o]/ni[s] II A[ugu]st(ae) proco(n)[s(uli)] / pr[ovin]ci(ae) B[ae]ticae / p[raef]ecto aerar(ii) mil[i]/t[aris] prae]fecto reliquo/rum exigendorum popul[i] / Romani / cives Romani qui nego/tiantur Bracaraugust[ae].

urbanas, como o pavimento de eixos viários, constituído por lajes de granito polido, e as cloacas, dispostas sob as ruas principais, pelas quais eram drenadas as águas sujas e pluviais (LEMOS; LEITE, 2000; FONTES *et al.*, 2020).

Até ao momento, apenas um edifício relacionado com essa fase foi identificado arqueologicamente, conhecido por edifício pré-termal por ter sido arrasado, nos inícios do século II, para a construção de um amplo espaço balnear. Corresponde a uma invulgar estrutura, cuja restituição planimétrica é deveras prejudicada pelas alterações que sofreu em época Nerva-Antonina, quando grande parte de seus muros foi arrasada, enquanto outras partes foram reaproveitadas. Entretanto, foi realizada, por Manuela Martins (2005), a análise dos dados estratigráficos e construtivos de toda a zona arqueológica, o que a permitiu propor uma interpretação para o edifício, por paralelo com as plantas dos *horrea* de Óstia, devendo-se tratar de um grande armazém.

Tendo-se em consideração os dados que possuímos para a cidade no século I, em que se afigura, em termos construtivos, um conjunto de estruturas urbanas ligadas às redes de saneamento e à estruturação dos eixos viários, sem nos descorarmos do *forum*, cuja construção, certamente, teria sido finalizada ao longo dessa centúria, parece-nos bastante oportuna a implantação de um armazém, especialmente dada a localização deste, junto à praça foral.

O primeiro século de vida da cidade, em termos construtivos, parece ter sido um período bastante dinâmico, no qual uma população, que desde o começo reconhecia-se enquanto habitante daquele lugar, empenhou-se em materializar as estruturas necessárias para a plena ocupação de um centro urbano, cuja matriz romana, a nível urbanístico e arquitetónico, é bastante evidente.

Uma vez que as bases estavam implantadas, vemos uma *Bracara Augusta*, em finais da época Flaviana, em plena ocupação do parque habitacional da cidade, de onde sobressaem grandes e luxuosas *domus* com pavimentos e paredes revestidos a mosaicos e pinturas, estruturadas a partir de amplos átrios ou peristilos, cujos *ambulacra* permitiam o acesso a diversos compartimentos, como *triclina*, *oeci*, *cubicula*, *tablina* (MAGALHÃES, 2010).

Nos inícios do século II, foi também implantado um conjunto de arquiteturas públicas associadas às práticas de ócio e espetáculo. O edifício pré-termal, que teria funções de armazém, foi desmantelado para a construção de umas termas públicas e um teatro, bem como um anfiteatro, que ainda não foi identificado arqueologicamente, mas que estaria localizado fora da área planificada da cidade augustana, na periferia imediata (MORAIS, 2001).

A cidade de *Bracara Augusta*, ao longo dos dois primeiros séculos, foi palco de um processo construtivo que pode ser enquadrado em duas grandes fases. Durante o primeiro

século, o “recém-nascido” centro urbano conheceu a implantação das infraestruturas hidráulicas e de saneamento, assim como as estruturas viárias que compunham a malha urbana bracaraugustana. Uma vez que as bases estavam construídas, entre a época Flaviana e Nerva-Antonina, vemos um grande investimento em edifícios públicos e domésticos. A *forma urbis* de *Bracara Augusta*, no século II, apresentava um conjunto arquitetônico que evidencia a escolha pela emulação de uma linguagem itálica, patente na reprodução de espaços e elementos decorativos (MAGALHÃES, 2019).

Arquitetura doméstica romana

Os estudos sobre a arquitetura doméstica romana, desde os finais do século XIX, tomaram como ponto de partida o tratado *De Architectura*, de Vitrúvio (cf. OKSANISH, 2019). O texto apresenta um vasto material, dividido em dez livros dedicados a Augusto, que abordam o desenho e a construção de edifícios, bem como a maquinaria e o planeamento de obras, e, ainda, a formação e o papel do arquiteto (*architectus*) na Roma de seu tempo.

As leituras realizadas da obra vitruviana, no que toca à arquitetura doméstica, buscaram definir o modelo original da casa romana, aquele conjunto específico de espaços, ordenados de tal forma, dispostos e dimensionados num determinado modo, que condensa, em si, o que era identitariamente puro nas casas encontradas pelas cidades do Império, em especial Pompeia, e não tivesse sido *impregnado* pelas influências gregas, helenísticas, orientais ou outras quaisquer (NISSEN, 1877; OVERBECK, 1884; MAU, 1908).

Essa “casa romana” seria composta a partir da disposição longitudinal de três espaços, *uestibulum* – *atrium* – *tablinum*, os quais possibilitariam as práticas diárias associadas ao patronato entre o *paterfamilias* e os seus *clientes*, genericamente representadas pelo *dominus* entronado no seu *solium*, no *tablinum*, exposto às multidões que passariam na rua, dada a ausência de obstrução visual proporcionada pela amplitude do *atrium* e do *uestibulum*, e observariam os seus clientes a serem recebidos por ele (WALLACE-HADRILL, 1989).

Estaria, portanto, radicado na ampliação da potência performativa da prática do patronato aquilo que de “romano” existe nessas habitações, ou seja, em lançar mão a todos os recursos disponíveis, o que inclui a capacidade financeira, para criar os espaços necessários às ações diárias do *paterfamilias*, seja as *salutationes* de seus *clientes*, seja a recepção de *conuiuas* em banquetes. Nesse sentido, muito mais do que avaliar as *domus* a partir da presença ou ausência de determinados espaços, definidos pela sua eventual origem etrusca, grega ou oriental, como o *atrium* ou *peristylum*, *exedra*, *triclinium* ou

oecus, é necessário analisá-las a partir de sua adequação ao estatuto social e obrigações de seu *dominus*, ou, nas palavras de Vitruvius (De architectura, VI, V, 2):

Aqueles, no entanto, que têm de instalar lojas que são o deleite do país, devem ter bancas e lojas nos seus vestibulos, debaixo das suas casas devem ter abóbadas (*cryptae*), celeiros (*horrea*), armazéns (*apothecae*), e outros apartamentos, adequados mais para preservar esses produtos do que para exibir uma aparência magnífica. As casas dos banqueiros e dos recetores das receitas podem ser mais cómodas e elegantes, e bem seguras dos ataques dos ladrões. Para os advogados, e homens de literatura, as casas deveriam ser ainda mais bonitas e mais espaçosas, para permitir o acolhimento de pessoas em consultas. Mas para os nobres, que em honras, e cumprindo os deveres da magistratura, devem ter muitas relações com os cidadãos, devem ser providenciados vestibulos principescos, átrios elevados, e peristilos espaçosos, bosques, e extensos passeios, terminados num estilo magnífico. Para além destas, devem ser providenciadas bibliotecas, pinacotecas e basílicas, de forma semelhante às que são feitas para uso público; pois nas casas dos nobres, os assuntos do público, e a decisão e julgamento de causas privadas são frequentemente determinados.⁶

A casa, portanto, devia possuir os espaços adequados para que as atividades empreendidas pelo *paterfamilias* fossem realizadas.

Aquilo que define a “romanidade” de uma “casa romana”, e a torna facilmente reconhecível como tal, é, portanto, o exaustivo recurso a soluções arquitetônicas e decorativas com o objetivo de produzir espaços, áreas e perspectivas que enaltecessem o edifício e, por conseguinte, o seu *dominus*. Para tal, recorre-se à aplicação de um conjunto de normativas, como a *dispositio*, *ordenatio*, *eurythmia* e *symmetria*, que produzem uma imagem harmoniosa e ampliada dos volumes internos da habitação e, por outro lado, revestem-se as superfícies verticais, como muros, paredes e colunas, com pinturas polícromas, as horizontais, designadamente os pavimentos dos compartimentos e corredores, com mosaicos, ora geométricos, ora figurativos, e embelezam-se os espaços abertos, especialmente o jardim do peristilo, com estátuas e fontes, tornando o luxo e a sumptuosidade marcas definitivas e impressionantes da casa (WALLACE-HADRILL, 2015). Ou seja, exatamente como indicou Vitruvius (De arch., VI, V, 2), “*uestibula regalia alta, atria et peristylia amplissima, siluae ambulationesque laxiores ad decorem maiestatis perfectae*”.

Por fim, vamos retornar à questão identitária. Se, num passado distante, as habitações romanas tinham como elemento definidor o espaço aberto, que veio a se tornar o *atrium*, e,

⁶ No original: “Qui autem fructibus rusticis serviunt, in eorum uestibulis stabula, tabernae, in aedibus cryptae, horrea, apothecae ceteraque, quae ad fructus seruandos magis quam ad elegantiae decorem possunt esse, ita sunt facienda. item feneratoribus et publicanis commodiora et speciosiora et ab insidiis tuta, forensibus autem et disertis elegantiora et spatiosiora ad conuentus excipiundos, nobilibus uero, qui honores magistratusque gerundo praestare debent officia ciuibus, faciunda sunt uestibula regalia alta, atria et peristylia amplissima, siluae ambulationesque laxiores ad decorem maiestatis perfectae; praeterea bybliothecas, pinacothecas, basilicas non dissimili modo quam publicorum operum magnificentia habeant comparatas, quod in domibus eorum saepius et publica consilia et priuata iudicia arbitriaque conficiuntur”.

por meio dele, as transformações arquitetônicas e sociais da casa foram estruturadas, entre os *pagi* da Idade do Ferro (GROS, 2006) e a casa palatina da monarquia (CARANDINI; CARAFA, 1995), o contacto com outros povos, especialmente ao longo do período republicano, modificou radicalmente essa definição. A expansão romana, a partir do século IV a.C., que resultou na gradativa ampliação de sua área de influência direta, primeiro sobre a Península Itálica, sobre as cidades do *Samnium* e da Magna Grécia, e depois com a conquista de Cartago e da Hélade, ao fim das Guerras Púnicas e Macedônicas, respetivamente, seguindo-se grande parte do mundo helenístico, levou a um trânsito muito mais dinâmico de objetos, ideias, pessoas, práticas e hábitos por todo o Mediterrâneo, o que alterou, expressivamente, a sociedade romana e a sua arquitetura, tanto pública, bem patente nas *coloniae* fundadas na Itália, como privada, com a incorporação de elementos como o *peristylum* e o *oecus* *cyziceno* (ZANKER, 1999; SEWELL, 2010).

As crescentes incorporações ao “catálogo” disponível para os proprietários itálicos, seja a nível de formas ou soluções arquitetônicas, seja de materiais para o revestimento dos espaços e decorações, não significou a perda de uma identidade romana supostamente pura, mas um fenómeno próprio daquilo que significava ser romano, que na arquitetura doméstica fomentou a inclusão de elementos quaisquer, sejam eles próprios de tradições itálicas ou gregas (*“italico more ... Graecorum consuetudinibus”*) (Vitr., *De arch.*, VI), contanto que contribuíssem para ampliar a beleza e o luxo da habitação (WALLACE-HADRILL, 2015).

As identidades, longe de serem mônadas sem janelas, encontram-se constantemente em transformação, num incessante conflito entre a tradição e a sua modificação, mas nunca estáticas, ou como Varrão pontuou (*De lingua Latina*, 9, 17), *“consuetudo est in motu”*.

A *domus* das Carvalheiras

As *domus* identificadas no âmbito da Arqueologia bracarense encontram-se, maioritariamente, restritas a parcelas de suas plantas, fruto das próprias vicissitudes da prática científica em meio urbano. Até ao momento, como resultado de um processo urbanístico e construtivo bastante singular, a chamada *domus* das Carvalheiras é a única habitação romana inteiramente escavada, facto que nos permite restituir a sua planimetria e volumetria e melhor conhecer as suas características e fases de remodelação (MAGALHÃES, 2010).

O espaço disponível para a construção das casas era limitado pela forma e dimensão dos lotes da cidade. Em *Bracara Augusta*, a materialização do plano urbano produziu quarteirões quadrados, com 1 *actus* de área, ou 120 *pedes* de lado (c. 35,52m),

cercado por vias pedonais porticadas, com 12 *pedes* de largura (MARTINS *et al.*, 2017), os quais comportavam dois lotes retangulares iguais destinados à construção de unidades habitacionais (MAGALHÃES, 2019).

Com o intuito de utilizar o máximo de espaço possível, o proprietário da *domus* das Carvalheiras adquiriu os dois lotes daquele quarteirão, resultando numa habitação construída nos finais do século I que ocupava a totalidade da *insula* e se estruturava em duas plataformas, devido ao desnível do terreno, articuladas por umas escadas internas. Na porção sul, os compartimentos eram dispostos ao redor de um *atrium*, possivelmente toscano, que recolhia as águas da chuva por um *impluvium* sem, contudo, armazená-la, uma vez que foi identificada uma canalização que a drenaria. O acesso a esse espaço aberto era realizado por uma *fauces* que nascia na via porticada paralela ao *decumanus* que encerrava a casa a sul, e dele abriam-se um conjunto de compartimentos com diferentes tamanhos e dimensões, dos quais destacamos aquele situado no eixo longitudinal, alinhado ao corredor da entrada, cuja localização e amplitude da abertura da porta permitem a sua interpretação como um *tablinum*, podendo se tratar de um setor com as mesmas funções, como a receção de *clientes* (MAGALHÃES, 2019).

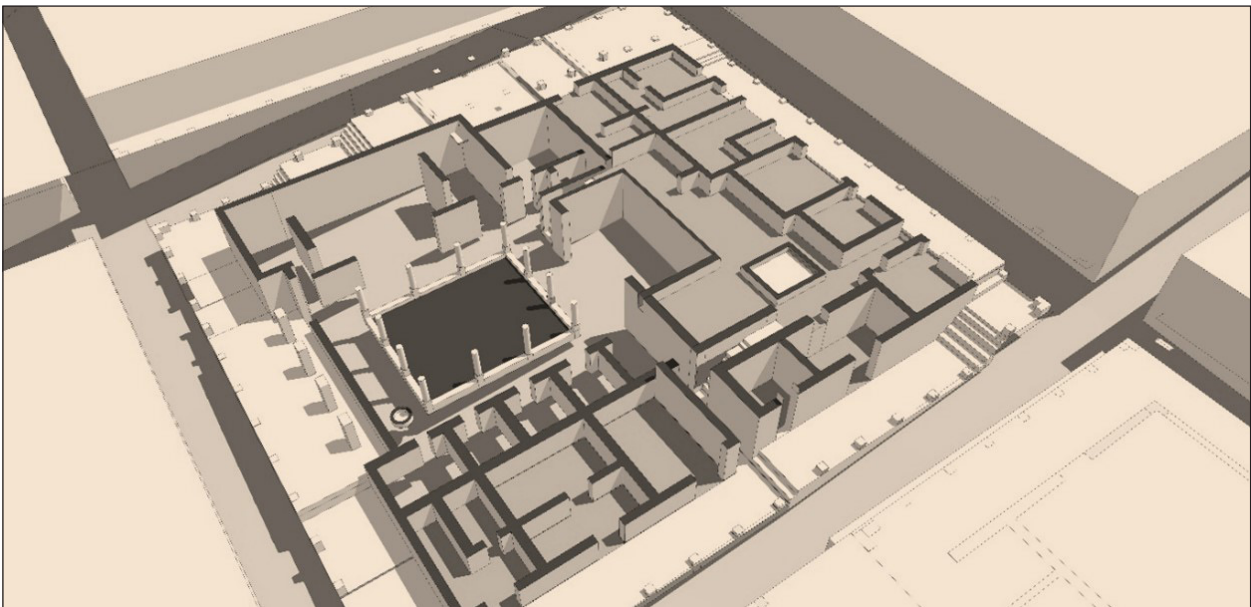
Na plataforma a norte, a organização e distribuição dos compartimentos era realizada por meio de um peristilo que apresentava quatro colunas em cada lado e um tanque central, menor que a área aberta. Desconhecem-se os demais elementos decorativos que certamente ornavam o interior do espaço colunado, o qual deveria contemplar, igualmente, elementos vegetais. De fato, os conhecimentos sobre as características do peristilo são severamente restringidos devido à implantação, em meados do século II, de um equipamento balnear que implicou a demolição de algumas estruturas murárias pré-existentes (RIBEIRO; MAGALHÃES; MARTINS, 2015).

Os compartimentos que se dispunham ao redor do peristilo contemplavam algumas áreas amplas o suficiente para sustentar a sua interpretação como salas de receção de *convivas*, durante os banquetes, o que não impede um uso diverso das mesmas, especialmente durante o período diurno, como a formação ou recreação das crianças (CRIBIORE, 2015). Desse conjunto de espaços, merece especial atenção aquele localizado a este da área colunada, globalmente interpretado como um *triclinium* devido às suas dimensões, com cerca de 51,60 m², que possuía duas salas de apoio, nos limites norte e sul do compartimento, perfazendo uma área que ocupava todo aquele setor do *ambulacrum* do peristilo (MAGALHÃES, 2010).

Outro elemento que merece destaque na organização dos espaços dispostos ao redor do peristilo é a relação que as portas estabeleciam com o vão entre as colunas da área aberta. De facto, tanto a grande entrada do *triclinium*, em cuja parte superior

tinha um lintel em granito decorado com motivos geométricos, como as das salas a sul do pátio colunado, localizadas de modo que as pessoas que estivessem no interior dos compartimentos pudessem contemplar o peristilo. Não obstante, devido à diferença entre os tamanhos das entradas dessas salas, parece-nos ainda que a implantação desses espaços objetivou também o favorecimento da visibilidade do interior do *triclinium* pelas pessoas situadas nos demais compartimentos, facto que pode reforçar a importância da sala triclinar, onde estariam localizados o *dominus* e os elementos principais durante um banquete, atividade que, na *domus* das Carvalheiras, poderia suportar cerca de cem pessoas, sendo essa uma importante característica dos espaços destinados aos leitos para os jantares ao longo de toda a história romana (BEK, 1983).

Figura 2 - Proposta de reconstituição 3D da *domus* de átrio e peristilo das Carvalheiras



Fonte: Autoria própria.

A *domus* do Ex Albergue Distrital

Embora a *domus* das Carvalheiras tenha sido a única casa romana integralmente escavada em Braga, até ao momento, há outros exemplares que, mau grado apenas possuímos partes de suas plantas, é possível restituir algumas de suas características arquitetónicas e construtivas (MAGALHÃES, 2010).

Esse é o caso da chamada *domus* do Ex Albergue Distrital, uma habitação construída em época Flaviana que ocupava integralmente um quarteirão cujo limite oeste confronta diretamente com o *cardo maximus* de *Bracara Augusta*, ladeando assim uma importante via da cidade que partia do *forum* e seguia a norte, terminando no

arranque da via XIX, *ad Asturicam Augustam*. A localização privilegiada dessa casa, junto ao centro administrativo da cidade, certamente influenciou a composição das fachadas, que se encontravam intensamente ocupadas com lojas, possuindo duas delas um balcão comprido, eventualmente revestido com placas de mármore, uma vez que esses elementos foram identificados no local durante as escavações, que pode, portanto, corresponder a *cauponae*,⁷ os espaços destinados ao comércio de bebidas e alimentos quentes, com paralelos muito bem documentados em Pompeia (MAGALHÃES, 2019).

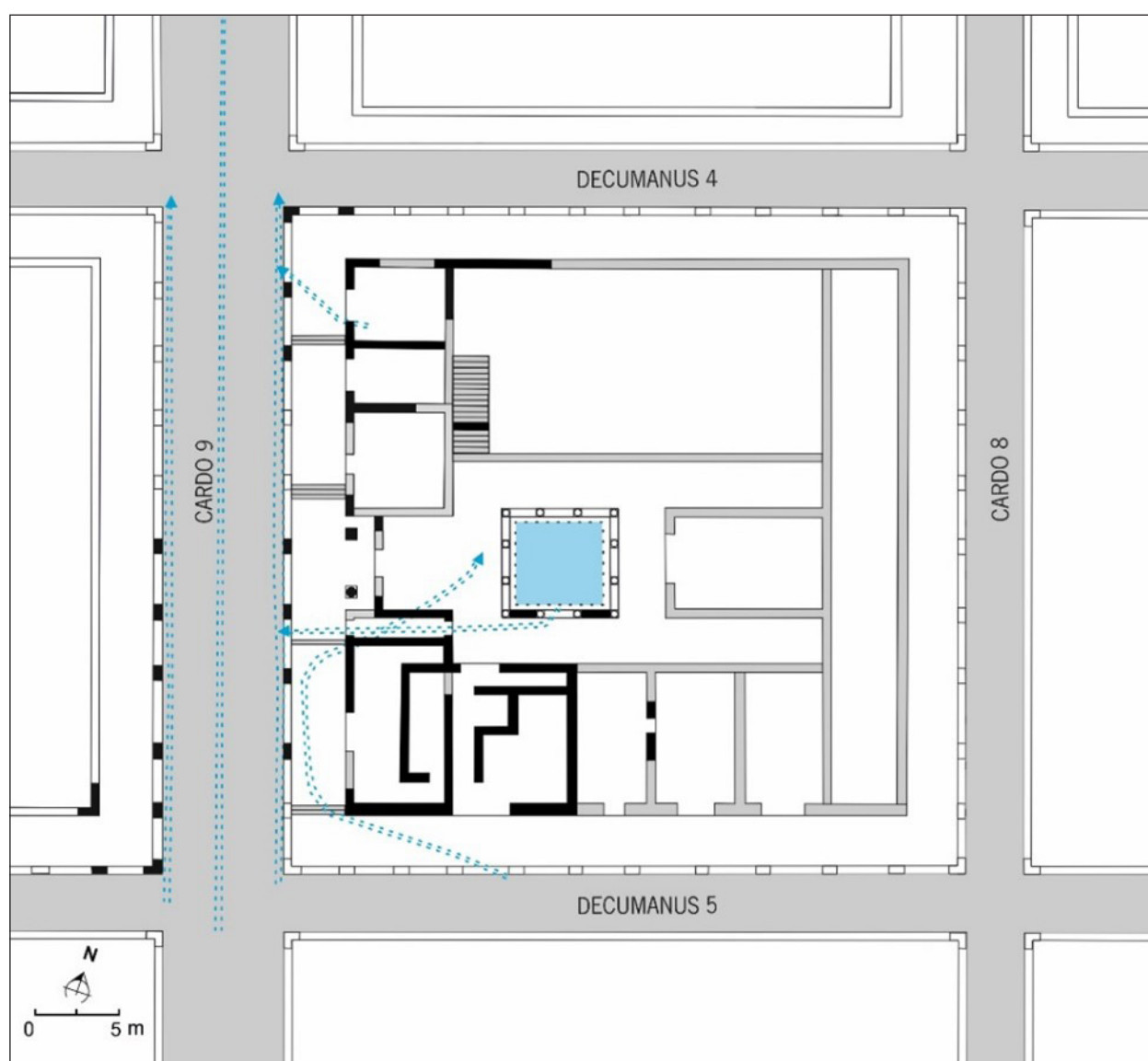
No que toca à área doméstica, infelizmente só foi escavado o quadrante sudoeste da habitação, o que impossibilita que se contemple a totalidade da planta, bem como que se perceba, em profundidade, a articulação dessa área com os demais espaços da casa, exercício indispensável para a compreensão das atividades que poderiam ter sido realizadas pelos seus habitantes. Entretanto, sabe-se que os compartimentos da *domus* estavam organizados em redor de uma área aberta com quatro colunas de cada lado a sustentar as coberturas, um *peristylum*, portanto, cujo *ambulacrum* sul encontrava-se completamente sacrificado pelas paredes que encerravam as *tabernae*, de modo que as salas destinadas ao uso da família e seus visitantes estavam dispostas no setor este e norte da área aberta (TORRES, 2014). Apesar de não possuímos dados fiáveis sobre as formas, dimensões e natureza dos compartimentos domésticos, sabendo-se, contudo, que estariam distribuídos em dois pisos, uma vez que se identificou umas escadas a norte do peristilo (MAGALHÃES, 2019).

Apesar dos inconvenientes, ainda que os mesmos sejam próprios da atividade arqueológica em meio urbano, a área intervencionada permitiu o registo da entrada da casa, certamente a principal, na eventualidade de possuir outra(s), uma vez que estava voltada para o *cardo maximus*. A parede onde a *ianua* foi rasgada encontrava-se recuada, relativamente ao eixo da fachada oeste, tendo esse alinhamento sido marcado, nesse setor, por duas colunas, cujo intervalo entre elas era ligeiramente mais amplo do que a porta. Perfeitamente centrado com a entrada estava disposto o intercolúnio dos fustes do meio do peristilo, o que permite supor a existência de um compartimento a este do *ambulacrum* que igualmente aproveitasse esse eixo formado pelo vão das colunas da entrada – porta – peristilo. Da mesma forma como não é possível, no momento, confirmar essa sala,

⁷ Esses espaços comerciais, devido a sua proximidade com o *forum* e direta articulação com o *cardo maximus*, deviam ter como público as pessoas que trabalhavam no centro administrativo ou aquelas que a ele se dirigiam, vindas de diferentes partes do *conuentus*, e que ali podiam ter uma refeição. Uma possibilidade de se compreender melhor esse espaço seria a análise das formas dos recipientes cerâmicos que foram identificados no local, de modo a refletir sobre a prática de venda à *cotyla*, estudo que ainda não foi realizado, mas que poderia vir a complementar os dados sobre as atividades comerciais de *Bracara Augusta* e, em particular, no que se refere às *tabernae* da Zona Arqueológica do Ex Albergue Distrital, conjugar com as análises já realizadas sobre os contentores anfóricos lá exumados.

uma vez que aquele espaço se encontra sob o edifício vizinho à zona arqueológica do Ex Albergue Distrital, ainda não intervencionado, também não a conseguimos enquadrar, a nível funcional, social ou simbólico, nem a sua relação com os compartimentos a norte do peristilo, exceto no que toca ao aproveitamento do referido alinhamento.

Figura 3 - Planta da *domus* do Ex Albergue Distrital



Fonte: Autoria própria.

A disposição axial de compartimentos e a área aberta com as entradas das *domus* vai de encontro com a proposta de implantação das habitações romanas, cujas arquiteturas buscam fornecer os espaços necessários para a realização das atividades daqueles que nela habitam ou frequentam. Em outras palavras, da mesma forma que os quartos (*cubicula*) servem para dormir e a cozinha (*culina*) para preparar os alimentos, o

alinhamento de elementos abertos, que possibilitam a contemplação por meio destes, deve ser entendido como um recurso para promover a contemplação do interior por aqueles que estão na parte externa da casa.

Nesse sentido, a entrada da *domus* do Ex Albergue Distrital foi construída de tal modo que não apenas possibilita o caráter performativo da receção de pessoas, certamente *clientes* durante as *salutationes*, mas recorre a todos os meios possíveis para que isso seja ampliado o tanto quanto possível. Para tal, foram utilizadas duas soluções: 1) a entrada da casa ficava voltada para uma das ruas principais da cidade, onde o trânsito de pessoas seria maior, especialmente pela proximidade com o *forum* e; 2) o significativo destaque que se dá à porta ao serem implantadas duas robustas colunas, com cerca de 3 m de altura, encimadas por um capitel toscano, as quais, embora sem dados, podemos acreditar terem sido revestidas com pinturas.

A primeira solução não é incomum, tendo sido identificada em outras cidades do Império, como parece ter ocorrido na zona habitacional de *Tongobriga* (MAGALHÃES, 2022). Contudo, a segunda não é tão frequente. Com efeito, ao observamos os vestígios arqueológicos das cidades vesuvianas, cuja preservação é excecional, vemos uma grande variedade de elementos decorativos que vão dar destaque às entradas e, por conseguinte, à própria casa. A documentação arqueográfica pompeiana revela a implantação de colunas associadas às ombreiras das portas, de modo que esses elementos decorativos parecem substituir aos estruturais, a exemplo das casas de *Julia Felix*, do Touro de Bronze ou de Pansa.

Aludimos, contudo, a um exemplar que parece reproduzir o fenómeno que temos documentado na *domus* do Ex Albergue Distrital. Trata-se da grande *Palestra*, implantada na *insula* oriental II, de Herculano, que apresenta, tanto na entrada principal para o conjunto balnear, como para a galeria que o sobrepõe, duas potentes colunas alinhadas à fachada do quarteirão, e a porta de acesso ao edifício foi implantada com um recuo.

Infelizmente, Vitrúvio não se deteve a meditar sobre as relações visuais e comunicativas das portas das habitações com os elementos arquitetónicos e urbanísticos que se desdobravam nas ruas da cidade em que estavam instaladas, mas apenas na disposição, dimensão e forma dos espaços internos às casas. Acreditamos que o arquiteto romano não se tenha debruçado sobre esse aspeto por conta da inexistência de um plano urbano para as cidades itálicas ou gregas, de onde saíram os seus modelos, que contemple a utilização de vias porticadas na estruturação dos eixos pedonais, assim como pela diversidade dos centros urbanos, nos quais os planos urbanísticos que recorrem à ortogonalidade das artérias ou homogeneidade dos quarteirões não são exclusivos, como a própria capital do Império demonstra, ao se tratar de uma cidade cuja *forma* é confusa,

enrolada, com ruas heterogêneas, irregulares, por vezes estreitas demais, mesmo quando passa por reformas urbanísticas pontuais em alguns *uici*, não revelando uma intenção, nem mesmo imperial, de promover a regularização dos eixos viários, como era realizado nas *coloniae* (WALLACE-HADRILL, 2003).

Ora, a possibilidade de contemplação do interior da habitação romana e, em particular, da atuação do seu *dominus* em suas ações, é uma ferramenta central da atuação performativa daqueles em casa que ocorriam *publica consilia et priuata iudicia arbitriaque* (Vit., *De arch.*, VI, V, 2), entre diversas outras atividades. Ou seja, se as *domus* de altos magistrados e demais personagens influentes nas dinâmicas políticas, religiosas, económicas e administrativas do Império eram um palco onde se desenrolavam as tramas da vida pública e privada, a sua arquitetura é reveladora e promotora dessa fluidez entre o âmbito interno, espaço privilegiado do doméstico, e o externo, local por excelência das tomadas de decisões daquilo que concerne à coisa pública.

Nesse sentido, vemos na escolha pelo recuo da porta e a utilização de duas colunas no alinhamento da fachada do quarteirão uma solução arquitetónica que, como pode ser observado em Herculano e projetado para *Bracara Augusta*, atraía a atenção de quem passava pelas ruas e estabelecia um diálogo, quase convidativo, do espaço externo com o interno, e, possivelmente, apresentava ainda um caráter recíproco, em especial no que toca à casa, que ampliava, ainda que simbolicamente, a esfera de atuação de seu *dominus* para a esfera pública, urbana. Essa comunicação dentro-fora na *domus* bracaragustana é reforçada com a reprodução de elementos arquitetónicos dispostos axialmente, formando uma sequência de colunas externas – porta – colunata do peristilo (entrada do compartimento que eventualmente existiria), exatamente como acontece na *Palestra* da cidade vesuviana, na qual desde a entrada vê-se tanto o pórtico como as colunas do jardim no interior.

Os *ordines* no espaço público: atuação e performance

A ação performativa dos *ordines* mais proeminentes nos espaços domésticos, ainda que com vistas à apreciação, direta ou indiretamente, do coletivo de habitantes das cidades romanas, já foi abordada. De fato, a disposição interna dos compartimentos das casas e, em especial, as suas entradas, dialogam de maneira bastante eficiente tanto entre si, como com o espaço aberto, seja ele um peristilo, átrio ou pátio, e com a área externa da habitação, favorecendo assim um público constituído, em alguns momentos, pelo restrito conjunto de *conuiuas* que acediam aos banquetes promovidos pelos *patresfamilias*, como por eventuais transeuntes nas ruas.

As referidas estratégias, contudo, também foram aplicadas, quando possível, às atividades que decorreriam no espaço público. A análise desse fenómeno a partir da vasta e diversificada documentação disponível para a cidade de Roma torna possível vislumbrarmos um conjunto de eventos que ocorreriam na capital do Império nos quais determinados membros da sociedade romana podiam ser vistos e reconhecidos pelo público. Alguns desses momentos tinham lugar pelas ruas da cidade em ocasiões bastante singulares e não muito frequentes, mas que possibilitavam um reconhecimento sem igual, como os triunfos, os grandes espetáculos em que soldados armados cruzavam o *pomerium* armados e apresentavam os espólios, humanos, animais e materiais, que arrebataram numa vitória bélica, ao fim do qual um sacrifício era realizado a Júpiter Capitolino pelo general que a liderou (BEARD, 2007). Outros estariam relacionados com momentos mais introspectivos, mas que, igualmente, potencializavam um singelo espetáculo acerca do papel e do lugar de determinadas pessoas e suas famílias, como bem demonstram Favro e Johanson (2010) acerca das *pompae funebris* e suas alterações entre a República e o Império, nas quais paralelamente ao cortejo e velório do familiar falecido, os funerais foram, também, um momento de estabelecer um diálogo entre os membros da *gens*, estivessem vivos ou mortos, e os espaços da cidade, em especial a *domus* de onde o corpo sai, alguns monumentos, edifícios e estátuas dispostos na área do *forum*, determinados templos, afirmando e reiterando o lugar social daquelas pessoas que velam o defunto, de seus antepassados e de seus descendentes, membros daquela família.

Há, ainda, um outro conjunto de eventos que se diferenciam dos anteriores, entre outros aspetos, pela regularidade com que aconteciam, bem como pela forma *pro populo* sem a intenção, ao menos declarada, de dar destaque a determinados indivíduos. Com efeito, ao observamos os rituais e as festividades patentes nos calendários romanos, identificamos diversos momentos em que as pessoas se reuniam em locais públicos, seja no *forum*, em templos ou áreas sagradas, como bosques, rios e fontes, com o intuito de participar do acontecimento.

A documentação que nos chegou sobre os calendários romanos, além de bastante reduzida, encontra-se, sobretudo, reunida em Roma e na Itália, sendo menos frequentes os exemplares provinciais. Os calendários eram instrumentos eficazes no ordenamento do ritmo da vida da sociedade e de inscrição oficial dos dias e dos festejos importantes para aquele grupo, o que os torna objetos de disputas entre diferentes agentes e variáveis, em sua forma e conteúdo, ao longo do tempo e nos diferentes locais que compunham a geografia imperial (MENDES; BORGES, 2008; RÜPKE, 2011).

Apesar do caráter público e livre da primazia de qualquer indivíduo, seja a nível pessoal ou representante de um grupo, os rituais funcionavam como um importante

mecanismo de organização social, ou, em outras palavras, de ordenação do corpo social por meio do estabelecimento do lugar de cada indivíduo e da marcação das fronteiras de sua ação. Como bem demonstrou Claudia Beltrão (2011) ao analisar o *epulum Iouis*, um banquete ritual (*lectisternium*) em que as divindades, assim como os humanos, eram comensais, que acontecia duas vezes ao ano, nos dias 13 de setembro e novembro, desde pelo menos o século IV a.C., em meio à temporada de celebrações dos *ludi Romani* e *Plebei*. A investigadora salienta que, para além de reforçar os laços dos humanos com as divindades, especialmente Júpiter, os rituais atuavam como importantes instrumentos de organização da sociedade ao estabelecer o lugar de cada um de seus membros e o seu papel na ordem social, seja em relação aos seus participantes oficiais, designadamente senadores, sacerdotes e magistrados, que atuavam como representantes oficiais do povo junto às divindades no ritual, seja o público que assistia, e não banqueteava.

Apesar de conhecermos diversas oportunidades para os *ordines* romanos mais proeminentes de performarem publicamente a sua posição social, significativamente menos sabemos sobre essas atividades em contexto provincial. Mau grado a maior parte da documentação nesses contextos seja arqueológica, as nossas possibilidades de restituição de tais eventos seriam, sobretudo, aquelas advindas da análise de arquiteturas e espaços urbanos. Se, por um lado, podemos excluir, sumariamente, os triunfos, cujas honrarias estavam reservadas, no período imperial, ao próprio imperador (ou a quem ele designasse), pouco podemos saber sobre a forma como as *pompae funebres* aconteciam, os rituais públicos ou as demais comemorações previstas nos calendários, sabendo que, certamente, não eram da mesma maneira como em Roma, seja pelas diferenças, ora ligeiras, ora significativas, na composição social dos corpos cívicos das cidades, seja pelas distintas *formae urbis*, especialmente no que toca às divindades cultuadas e às paisagens religiosas, cuja ação humana reiterada produziria potentes significados.⁸

Os cortejos fúnebres em *Bracara Augusta*, eventualmente, podiam ter como ponto de partida a *domus* da família enlutada, afinal a reprodução de espaços à moda itálica permitiria que essa atividade fosse realizada de forma semelhante, bem como podiam se locomover em direção ao *forum*, por circuitos que jamais conheceremos, e dele para a parte externa da cidade, onde estavam dispostas, a margear as vias que ligavam a cidade ao território, amplas áreas de necrópole. Não temos como saber se tais eventos ocorreriam, nem mesmo se o fariam dessa maneira, mas não é descabido

⁸ Sobre o conceito de paisagem religiosa, cf. Scheid e Polignac (2010). Sobre a aplicação do conceito, Jhan Daetwyler (2017) elabora uma excelente análise da construção da paisagem e da memória do monte Aventino, em Roma, no qual demonstra como a regularidade e reiteração de determinados cultos e práticas no lugar produziram uma imagem particular na identidade daquele lugar.

imaginar que algo era realizado no espaço público aquando da morte de alguém com condições financeiras, e cuja família tinha o interesse em fazer. Os dados arqueológicos provenientes das intervenções realizadas na necrópole da via XVII, *ad Asturicam*, a mais extensa já escavada em Braga, permitem a restituição de uma topografia funerária às portas da cidade deveras impressionante, composta por centenas de sepulturas, com diferentes tipologias, dimensões e *spolia*, que incluíam mausoléus e estelas funerárias dispostas nas imediações da estrada (BRAGA, 2018). Uma vez que as condições para a realização de uma *pompa* parecem estar colocadas, ao menos no momento final do cortejo, é possível que o circuito incluía lugares associados à família do defunto e monumentos importantes para a vida cívica da cidade.

O baixíssimo número de calendários identificados na maioria das províncias, no geral, e nas ocidentais, em particular, dificulta o conhecimento dos eventos que animavam as cidades do Império,⁹ sendo bastante imprudente assumir que todas as festividades anuais celebradas em Roma seriam igualmente realizadas nas províncias, ou ainda que todas as divindades cultuadas nas cidades teriam uma *feria* a elas dedicada, isso não acontecia na capital do Império, e tampouco se faria presente em outros centros urbanos.

Para além das festividades associadas a festivais religiosos, aludimos, ainda, a um outro tipo de celebração generalizada na Itália e nas demais províncias, sobretudo no período imperial. Trata-se da comemoração do *dies natalis* de determinadas figuras importantes na história romana, em especial do imperador no momento e de alguns membros da *domus Augusta*. Os aniversários dos imperadores eram celebrados com bastante vivacidade, e os sacrifícios em sua homenagem podiam ser incluídos em práticas anuais por séculos após a sua morte, quando divinizados, como demonstra as *Feriale Duranum*,¹⁰ dos inícios do século III, na qual é referida a imolação de um touro a *diuus Augustus* (MAZZARINO, 2008).

Mesmo fora da Itália, é igualmente notável a profusão de comemorações que foram estabelecidas em homenagens ao aniversário de Augusto, e a longevidade delas. As já referidas *Feriale Duranum*, do século III, documentam tanto a permanência dos rituais para o *dies natalis* do imperador mais de duzentos anos após a sua morte, como a realização dessa prática em locais bastante distantes do centro do Império, tendo sido esse papiro encontrado na cidade de *Dura-Europos*, na província da *Syria*. Outro interessante aspeto acerca desse dia no mundo romano é a instituição de eventos e atividades no dia 23 de setembro sem a referência ao *dies natalis Augusti*, tendo

⁹ Para as Hispânicas, indicamos os fragmentos dos *Fasti Astigitani*, que apenas conservam seis dias do mês de março, entre 14 e 19, e revela a realização de festivais, como as *Equirria*, *Liberalia* e *Quinquatrus* (14, 17 e 19, respetivamente), assim como o estabelecimento de *dies fastus* (16) e *dies comitialis* (18), e ainda uma referência aos *eidus* (GARCÍA-DILS DE LA VEGA; ORDÓÑEZ AGULLA, 2015).

¹⁰ CPL, 324.

permanecido como uma data importante na vida das pessoas *quase* independentemente do aniversário do imperador. Um bom exemplo dessa prática é o testamento de *Gaius Cornelius Egrilianus*,¹¹ fixado num arco em *Theueste*, localizado na província da *Numidia*, onde são estabelecidos, às expensas do falecido, um conjunto de jogos ginasiais a serem realizados nas termas públicas da cidade em determinados dias (*dies test gymnas Corneli Egriliani ... gymnasia populo publice in thermis*), expostos num longo calendário que recobre todo o ano e, embora com diferentes quantidades de atividades em cada mês, não deixam de acontecer no aniversário de Augusto.

Mas e quanto a *Bracara Augusta*? Não foi identificado, até ao momento, nenhum calendário nessa cidade, bem como nenhuma referência direta a alguma festividade pública que tenha tomado as ruas do centro urbano. Contudo, temos documentada a relação entre os bracaraugustanos e *Paullus Fabius Maximus*, enquanto *legatus* na Hispânia Tarraconensis, uma personagem cuja biografia vale a pena ser avaliada. P. Fábio Máximo foi cônsul em 11 a.C., depois de ter sido *quaestor* entre 22-19 a.C. quando acompanhava Augusto pelas províncias orientais. Logo após o consulado, foi destacado como procônsul da província da *Asia*, cuja cronologia não é consensual, tendo o seu início acontecido no ano imediatamente após, em 10 a.C., ou cinco anos depois, em 6 a.C., para então ter assumido o cargo de *legatus pro praetore* de Augusto na *Hispania Citerior* (THOMASSON, 1984).

Essa prática de comemorar o *dies natalis* foi levada a *Bracara Augusta*, como bem documenta o já referido pedestal de Semelhe,¹² que refere uma estátua de Augusto que teria sido consagrada no aniversário de Paulo Fábio Máximo, então *legatus* na *Citerior*. Embora o adequado seria a dedicação ter sido realizada em meio a eventuais comemorações ao aniversário de Augusto (GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, 2015), fica patente a introdução desse hábito na cidade, ao passo que, certamente, deve-se a essa personagem algum contributo para a estruturação do culto imperial no noroeste ibérico, tendo aparecido ainda em duas inscrições eventualmente dedicadas a *Romae et Augusto*, provenientes de *Lucus Augusti*,¹³ concomitantemente a duas inscrições encontradas nas proximidades de *Bracara Augusta* consagradas ao *Genio Caesaris*¹⁴ e *Genio Augusti*.¹⁵

Portanto, embora não tenhamos nenhuma referência direta a homenagens realizadas a Augusto no dia de seus anos, é bastante possível que os habitantes de

¹¹ CIL, VIII, 1859.

¹² *Hispania Epigraphica*, n. 20263: Imp(eratori) Caesari diui f(ilio) Aug(usto) / pont(ifici) max(imo) trib(unicia) pot(estate) XXI / sacrum / Bracaraugustani / Paulli Fabi(i) Maximi leg(ati) pro pr(aetoris) / natali dedicata est.

¹³ *Hispania Epigraphica*, n. 19084: [Romae et Augusto] / Cae[sari] / Paullus F[abius] / Maxum[us!] / legat(us) Caesaris. *Hispania Epigraphica*, n. 8391: [Romae et Augusto] / Ca[esar] / Paullus Fabius / Maxumus(!) / legat(us) Caesaris.

¹⁴ *Hispania Epigraphica*, n. 23012: Genio / [C]aesaris / - - - - -.

¹⁵ *Hispania Epigraphica*, n. 11837: Genio / Augusti.

Bracara Augusta tenham tido esse hábito, dada a biografia de *Paullus Fabius Maximus* e sua forte influência na cidade, a precoce implantação de um culto ao *Genius Caesaris* e *Augusti*, bem como a prática de comemorar publicamente aniversários, realizado por um grupo que se intitula *bracaraugustanus*.

As práticas de comemoração pública de aniversários, patentes na calendarização das atividades oficiais programadas anualmente, sofre de grandes entraves à sua documentação. Como vimos, tanto nas primeiras homenagens realizadas por magistrados e sacerdotes em Roma, ainda nas primeiras décadas do governo de Augusto, como nas *Feriale Duranum*, do século III, implementadas pelos soldados da *XX Cohors Palmyrenorum*,¹⁶ os promotores consagravam ao *princeps*, em vida ou não, atos que não deixam vestígios arqueológicos, como *epulae*, *uenationes*, *ludi* e *imolationes*, assim como a prática de realizar calendários sobre um suporte duradouro, como o mármore, que conhece um grande desenvolvimento entre os séculos I a.C. e I d.C., e dá lugar a novos materiais, como os papiros e pinturas parietais (RÜPKE, 2011), cuja preservação é significativamente mais deficiente, especialmente em cidades que tiveram uma ocupação continuada, como Braga.

Considerações finais

A construção histórica da sociedade romana, ao longo do período republicano e no Principado, produziu um corpo social bastante heterogêneo e hierarquizado, no qual os grupos mais destacados política, religiosa e socialmente criavam mecanismos, cada vez mais eficazes, de afirmar as suas distinções e representá-las publicamente, recriando continuamente as fronteiras do grupo ao qual pertenciam e marcando a separação com os demais indivíduos, externos ao grupo. Essas formas sociais e políticas de Roma, com a expansão do *Imperium* sobre um número cada vez maior de regiões e povos, exigiu a constituição de um modo específico de se relacionar com as províncias, levando à adaptação dos instrumentos administrativos com vista à integração jurídica e económica das populações do Império.

Vemos na análise dos vestígios provenientes das cidades provinciais, portanto, um campo de estudo privilegiado para a compreensão da forma como a capital se relacionou com as regiões conquistadas, ou ainda, como as elites locais se apropriaram das lógicas e práticas de apresentação e representação romanas com o intuito de se autoafirmar

¹⁶ Recentemente, Simon James (2019) publicou um importante contributo sobre a presença romana na província da *Syria* a partir dos dados arqueológicos provenientes da base militar de Dura-Europos, no qual o autor busca reunir as publicações das primeiras intervenções realizadas na cidade síria, no período do entre guerras, dirigidas por Franz Cumont (1922-1923) e Mikhail Rostovtzeff (1928-1937), e ainda os dados do projeto franco-sírio em que James esteve à frente e que permitiu dar continuidade às escavações naquele centro urbano (2005-2010).

como grupo destacado e ampliar as suas redes de contato e atuação, eventualmente chegando a Roma, mediante o estabelecimento de relações de patronato, clientela, hospitalidade ou amizade, cuja ação a nível político e social possibilitam a integração do Império e o atendimento dos interesses de indivíduos de *ordines* distintos (BRAUND, 1989; WALLACE-HADRILL, 1989).

Os dados disponíveis sobre o corpo cívico de *Bracara Augusta*, embora bastante lacunar e restrito, quase exclusivamente, aos vestígios arqueológicos, documentam um conjunto de mecanismos adotados pelas elites locais com a finalidade de afirmar o seu estatuto e estabelecer as fronteiras entre os seus pares e os demais. Essas estratégias destacam-se pela diversidade de ações e permanente reafirmação do lugar que ocupam na sociedade, que incluem a adoção de hábitos de consumo forâneos, como o uso de louça e a ingestão de alimentos mediterrânicos, bem como práticas culturais romanas, a exemplo das *salutationes*.

Por sua vez, a partir dos vestígios arquitetónicos conseguimos vislumbrar a ampliação desse mesmo fenómeno para além do âmbito doméstico, patente no uso de materiais de construção, soluções construtivas, elementos decorativos, entre outras ferramentas, que compõem o espaço em que as pessoas vivem e cuja apropriação, por parte de determinados indivíduos, tanto refletiam como reforçavam a hierarquização da sociedade. Trata-se da capacidade dos grupos mais elevados, seja por sua atuação política, religiosa, económica, militar, ou qualquer outra, de moldar o espaço público, teoricamente neutro e de todos, com o intuito de ele próprio servir como impulsionador de diferenciações sociais, conferindo, permanentemente, um capital simbólico cada vez maior a esses indivíduos (BOURDIEU, 1989). Em outras palavras, não bastava ser senador ou cônsul, em Roma, ou então decurião ou duúnviro, numa cidade provincial, era preciso que isso fosse perceptível mesmo fora do *forum* ou de qualquer outro lugar onde as funções associadas a esses cargos eram realizadas, e, portanto, a casa precisava dizê-lo, a roupa devia enunciá-lo, o lugar que ocupa nos edifícios de espetáculo ou em rituais e procissões pelas ruas do centro urbano ou em frente a um templo tinha a obrigação de explicitá-lo.

Referências

Documentação textual

CLAUDII PTOLEMAEI. *Geographia*. Traduit par Karl Müller. Paris: Firmin-Didot, 1901.

FLORUS. *Epitome of Roman History*. Translated by E. S. Forster. Cambridge: Harvard University Press, 1929.

- PLINY. *Natural History*: Books 3-7. Translated by H. Rackham. Cambridge: Harvard University Press, 1942. v. II.
- STRABO. *Geography*: Books 3-5. Translated by. H. Leonard Jones. Cambridge: Harvard University Press, 1923. v. II.
- VARRO. *De lingua latina*. Translated by Wolfgang de Melo. Cambridge: Oxford University Press, 2019.
- VITRUVIUS. *On architecture*: VI-X. Translated by Frank Granger. Cambridge: Harvard University Press, 1934.
- WALKER, S. G. (ed.). *Corpus Poetarum Latinorum*. Londini: Knight & Co, 1839.

Documentação textual

- HÜBNER, E. W. E. (ed.). *Corpus Inscriptionum Latinarum*: Inscriptiones Hispaniae Latinae. Berolini: G. Reimerum, 1869 v. II.
- Mommsen. T. (ed.). *Corpus Inscriptionum Latinarum*: Inscriptiones Africae Latinae. Collegit G. Wilmanns. Berolini: G. Reimerum, 1881 v. VIII.
- HISPANIA EPIGRAPHICA. Universid de Alcalá. Disponível em: <<https://eda-bea.es/>>.
- GORDON, A. E; GORDON, J. S. (ed.). *Album of dated Latin inscriptions*. Berkeley: University of California Press. 1958-1966.

Obras de apoio

- ALFÖLDY, G. Um "cursos" senatorial de *Bracara Augusta*. *Revista de Guimarães*, n. 76, p. 363-372, 1966.
- BEARD, M. *The Roman triumph*. Cambridge: Harvard University Press, 2007.
- BELTRÃO, C. *Epulum Iouis*: o espetáculo da ordem sagrada na Roma Republicana. *Mneme*, v. 12, n. 30, p. 137-156, 2011.
- BELTRÃO, C. Religião, gênero e sociedade: ordem romana, ordem sagrada. *Maracanan*, v. 9, n. 9, p. 117-134, 2013a.
- BELTRÃO, C. *Terminatio e limitatio*: inauguração, fundação e cena ritual na República romana. *História: Questões & Debates*, n. 59, p. 173-191, 2013b.
- BEK, L. Cuestiones conviviales. The idea of the triclinium and the staging of convivial ceremony from Rome to Byzantium. *Analecta Romana*, n. 12, p. 81-107, 1983.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

- BRAGA, C. *Morte, memória e identidade: uma análise das práticas funerárias de Bracara Augusta*. Tese (Doutoramento em Arqueologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2018.
- BRAUND, D. Function and dysfunction: personal patronage in Roman imperialism. In: WALLACE-HADRILL, A. (ed.). *Patronage in ancient society*. London: Routledge, 1989, p. 137-152.
- CARANDINI, A.; CARAFA, P. *Palatium e Sacra Via I: Prima delle mura, l'età delle mura e l'età case arcaiche*. Roma: Ministero per i Beni e le Attività Culturali, 1995.
- CRIBIORE, R. Multifunctionality of spaces in a Late Roman house in Egypt. In: TUORI, K.; NISSIN, L. (ed.). *Public and private in the Roman house and society*. Rhode Island: JRA, 2015, p. 149-159.
- DAETWYLER, J. *A memória do Aventino: a integração de cultos estrangeiros e a transformação da paisagem religiosa romana no século III AEC*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- ELENA, A.; MAR, R.; MARTINS, M. *A fonte do ídolo: análise, interpretação e reconstituição do santuário. Bracara Augusta*. Escavações Arqueológicas 4. Braga: UAUM; Narq, 2008.
- FAVRO, D.; JOHANSON, C. Death in motion. Funeral processions in the Roman Forum. *Journal of the Society of Architectural Historians*, v. 69, p. 12-37, 2010.
- FISHWICK, D. *The imperial cult in the Latin West: Studies in the ruler cult of the Western provinces of the Roman Empire*. Provincial Cult. The Provincial Priesthood. Leiden: Brill, 2002, p. 2. 3 v.
- FONTES, L. *et all. Salvamento de Bracara Augusta. Projeto de remodelação e ampliação de edifício na Rua do Alcaide, nº 18-20, Braga. Relatório final*. Trabalhos Arqueológicos da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Memórias 97. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 2020.
- GARCÍA-DILS DE LA VEGA, S.; ORDÓÑEZ AGULLA, S. *Fasti Astigitani*. Fragmento de calendario epigráfico de colonia Augusta Firma (Écija – Sevilla). *Pallas*, n. 99, p. 311-328, 2015.
- GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, J. El culto a Augusto Vivo y la *devotio* popular: el origen del culto imperial. *Onoba*, n. 3, p. 15-24, 2015.
- GROS, P. *L'architecture romaine: du début du IIIe siècle av. J.-C. à la fin du Haut Empire*. Maisons, palais, villas et tombeaux. Paris: A&J Picard, 2006.
- JAMES, S. *The Roman military base at Dura-Europos, Syria: an archaeological visualization*. New York: Oxford University Press, 2019.

- LEMOS, F.; LEITE, J. Trabalhos arqueológicos no logradouro da Casa Grande de Santo António das Travessas. *Forum*, v. 27, p. 15-38, 2000.
- MAGALHÃES, F. *Arquitetura doméstica de Bracara Augusta*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2010.
- MAGALHÃES, F. *A domus romana no NO peninsular*. Arquitetura, construção e sociabilidades. Tese (Doutoramento em Arqueologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2019.
- MAGALHÃES, F. The Roman houses of Tongobriga: architecture and cultural change. *Arqueología de la Arquitectura*, v. 19, e125, 2022.
- MARTINS, M. *As termas romanas do Alto da Cidade*. Um exemplo de arquitectura pública de *Bracara Augusta*. Bracara. Augusta. Escavações Arqueológicas 1. Braga: UAUM; Narq, 2005.
- MARTINS, M. *et al.* Constructing identities within the periphery of the Roman Empire: north-west Hispania, In CURCĂ, R.; RUBEL, A.; SYMONDS, R.; VOß, H. (ed.). *Rome and Barbaricum: contributions to the archaeology and history of interaction in European protohistory*. Gloucester: Archaeopress, 2020, p. 135-154.
- MARTINS, M. *et al.* Topografia e urbanismo fundacional de *Bracara Augusta*. In: DOPICO CAÍNZOS, D.; VILLANUEVA ACUÑA, M. (ed.). *In Roma nata, per Italiam fusa, in provincias manat: a cidade romana no noroeste: novas perspectivas*. Lugo: Servizo de Publicacións de la Deputación de Lugo, 2017, p. 203-225.
- MARTINS, M. *et al.* Urbanismo e arquitetura de *Bracara Augusta*. Sociedade, economia e lazer. In RIBEIRO, M.; MELO, A. (coord.). *Evolução da paisagem urbana: economia e sociedade*. Braga: CITCEM, 2012, p. 29-68.
- MARTINS, M.; SILVA, G. Cidade antiga e sociedade: narrativas e diálogos interdisciplinares. In: FERREIRA, A.; MARQUES, A. (org.). *Atas do II Congresso Histórico Internacional: as cidades na história*. Sociedade. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2019, p. 76-108.
- MAU, A. *Pompeji in Leben und Kunst*. Leipzig: Verlag Von Wilhelm Engelmann, 1908.
- MAZZARINO, S. *L'Impero Romano*. Roma: Laterza, 2008. v. 1.
- MENDES, N.; BORGES, A. Os calendários romanos como expressão de etnicidade. *História: Questões & Debates*, n. 48-49, p. 77-99, 2008.
- MENDES, N.; BUSTAMANTE, R.; DAVIDSON, J. Experiência imperialista romana: teorias e práticas. *Tempo*, v. 9, p. 17-41, 2005.
- MORAIS, R. Breve ensaio sobre o anfiteatro de *Bracara Augusta*. *Forum*, n. 30, p. 55-76, 2001.

- NISSEN, H. *Pompejanische Studien zur Städtekunde des Altertums*. Leipzig: Breitkopf Und Härtel, 1877.
- OKSANISH, J. *Vitruvian man: Rome under construction*. New York: Oxford University Press, 2019.
- OVERBECK, J. *Pompeji in seinen Gebäuden, Alterthümern und Kunstwerken*. Leipzig: Verlag Von Wilhelm Engelmann, 1884.
- PEREIRA MENAUT, G. Los castella y las comunidades de Gallaecia. In: SEMINARIO DE ARQUEOLOGIA DEL NOROESTE, II, 1983, Madrid. *Anais...* Madrid, CSIC, 1983, p. 169-192.
- REDENTOR, A. *A cultura epigráfica no conventus Bracaravgvstanvs (pars occidentalis): percursos pela sociedade brácara da época romana*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017. v. 1.
- RIBEIRO, J.; MAGALHÃES, F.; MARTINS, M. Meios, técnicas, e custos de construção em *Bracara Augusta* no século II. O balneário das Carvalheiras. *Férvedes*, n. 8, p. 331-339, 2015.
- RÜPKE, J. *The Roman calendar from Numa to Constantine: time, history and the fasti*. Oxford: Blackwell Publishing, 2011.
- SCHEID, J.; POLIGNAC, F. Qu'est-ce qu'un paysage religieux? Représentations culturelles de l'espace dans les sociétés anciennes. *Revue de l'Histoire des Religions*, v. 227, n. 4, p. 427-434, 2010.
- SEWELL, J. *The formation of Roman urbanism, 338-200 B.C.: between contemporary foreign influence and Roman tradition*. Rhode Island: JRA, 2010.
- TAMBIAH, S. *Culture, thought and social action: an anthropological perspective*. Cambridge-MA: Harvard University Press, 1985.
- THOMASSON, B. *Laterculi Praesidum*. Göteborg: Radii Gothoburgi, 1984. v. 1
- TORRES, A. *Sequência de ocupação da Zona Arqueológica do Ex Albergue Distrital*. Contributo para a análise evolutiva e funcional de uma unidade doméstica de *Bracara Augusta*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2014.
- TRANOY, A.; LE ROUX, P. As necrópoles romanas de *Bracara Augusta*. Les inscriptions funéraires. *Cadernos de Arqueologia*, n. 6-7, p. 183-230, 1989-1990.
- WALLACE-HADRILL, A. Patronage in Roman society: from Republic to Empire. In: WALLACE-HADRILL, A. (ed.). *Patronage in ancient society*. London: Routledge, 1989, p. 63-87.
- WALLACE-HADRILL, A. The streets of Rome as a representation of imperial power. In: DE BLOIS, L. et al. (ed.). *The representation and perception of Roman imperial power*. Amsterdam: J. C. Gieben, 2003, p. 189-206.

WALLACE-HADRILL, A. What makes a Roman House a "Roman House"? In TUORI, K.; NISSIN, L. (ed.). *Public and private in the Roman house and society*. Rhode Island: JRA, 2015, p. 177-186.

ZANKER, P. *Pompeii: public and private life*. London: Harvard University Press, 1999.